A fundação da
Universidade de
Toulouse: as relações
entre o papado e as
forças locais
toulouseanas no
século XIII (1209 –
1229)

### Cássia Luana de Freitas Moreira \*

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v10i2p553-575

Resumo: Esse artigo objetiva analisar a performance de forças e interesses que culminaram na formação da Universidade de Toulouse, no sul da França, entre os anos de 1209 a 1229, período em que se deu a Cruzada Albigense. Haja vista o contexto instável em que se deu tal formação, caracterizado por conflagrações políticas entre os agentes do Papado, a monarquia francesa e as forças locais da região do Languedoc, a metodologia utilizada pautou-se na análise do discurso foucaultiano, destacando a contribuição de Foucault (1970) no que diz respeito à articulação no discurso entre saber e poder, somando a percepção do autor em como se provocam resultados não repressivos, mas sim constituidores de verdade. Esta pesquisa aponta que o condado de Toulouse foi marcado por conflitos internos e externos, que foram intensificados após a enorme adesão daquela região, incluindo da nobreza, à heresia cátara, conflito este que alcançou seu nível mais alto na cruzada realizada para erradicar a heresia. O fim do conflito armado se deu graças à assinatura do tratado de Paris de 1229, no qual a Universidade apareceu como uma das cláusulas que condicionam a capitulação daquele conflito. Constata-se, assim, que a Universidade foi fundada como um produto desta tentativa de conciliação entre os interesses das forças que se confrontavam no contexto toulouseano, surgindo como um esforço de paz. Coordenada pelo papado no Languedoc para combater a heresia, visto que há evidências que mesmo após o término da cruzada ainda existiam casos de heresia naquela região; a Universidade servirá de base ortodoxa sob a tutela do Papa.

**Palavras-chaves:** Catarismo. Papado. Política anti-herética. Universidade de Toulouse.

<sup>\*</sup> Discente do curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Federal do Pará – Campus de Bragança, sob a orientação do Prof. Dr. Thiago de Azevedo Porto. E-mail para contato: <a href="mailto:cassiafreitas402@gmail.com">cassiafreitas402@gmail.com</a>. Agradeço a minha mãe, que mesmo não estando mais presente, sempre



### Cássia Luana de Freitas Moreira

### Introdução

Em 2018 dei início a atividade como pesquisadora bolsista no projeto coletivo intitulado "Igreja, Cidade e Santidade: as instituições de Toulouse na canonização de Domingos", que tem como intuito fazer ponderações acerca do processo de canonização de São Domingos de Gusmão, com a finalidade de entender quais as motivações e as significações que enredam os grupos que estavam envolvidos no processo de canonização do santo aqui referido, mais objetivamente na cidade de Toulouse, por ter sido o cenário das articulações políticas que fizeram parte daquela causa de santidade dominicana.

Inserida nessa possibilidade, essa pesquisa delimitou-se a inquirir sobre a origem da Universidade de Toulouse, objetivando esclarecer a dinâmica de forças e de interesses que levou à fundação daquela instituição no Sul da França no século XIII (1209 a 1229), visto que foi o momento em que se intensificou o combate à heresia cátara. É sobre essa questão que o presente artigo se propõe explorar.

O artigo inicia fazendo um debate historiográfico sobre como as universidades medievais estão sendo vistas dentro da historiografia, desde os renascentistas, passando pela corrente positivista, culminando na corrente da década de 1960. Além disso, trata sobre as novas tendências dos últimos 40 anos, para situar em qual linha teórica este trabalho se enquadra e, também, destacar qual o seu diferencial e sua contribuição para a historiografia.

Nesse sentido, segue-se um esboço de como surgiram as universidades medievais, dialogando com os principais autores que trabalham sobre a temática, como Jacques Verger e Jacques Le Goff, além de nomes brasileiros notáveis, como

### A fundação da Universidade de Toulouse

Terezinha Oliveira e Alexandre Corrêa. Situando também o leitor sobre as significações políticas e culturais tanto que as Universidades empenham quanto que estão inseridas, criando uma teia de explicação para a melhor compreensão do objeto de estudo dessa pesquisa.

Por fim, busca-se analisar a Universidade de Toulouse, situando o contexto conflituoso entre o Papa, os agentes papais e os poderes locais, tendo como intuito fazer entender a importância que representa a formação da Universidade de Toulouse nesta região, cuja principal fonte é o Tratado de Paris de 1229, visto que ele marca a fundação da universidade toulousiana e é símbolo da capitulação do conde de Toulouse e do fim do conflito armado no sul da França. Utilizam-se também outras fontes, como a crônica de Jordão da Saxônia e algumas cartas pontifícias.

### Debatendo as origens das universidades medievais

Trazendo à luz de discussão os caminhos que a historiografia percorreu sobre as universidades medievais, segundo Carolina Gual Silva, há três correntes historiográficas destacáveis, sendo a primeira a corrente que pensa a Universidade no século XVI. Estes pensadores, como argumenta a autora, estavam muito próximos desta universidade medieval, portanto, a exaltação das universidades era muito presente nessas narrativas. Outra característica peculiar era a de celebrar a proximidade das universidades com o rei desde sua origem, e depreciar a atuação da Igreja sobre sua origem e consolidação, o que se explica pelo contexto político e intelectual em que esses autores estão inseridos: o absolutismo e o Renascimento, respectivamente (SILVA, 2019, pp. 89-105).

Para Gual, outra corrente Historiográfica destacável é a corrente positivista, que é nodal, visto que coincide com um novo momento da vida universitária: a



### Cássia Luana de Freitas Moreira

universidade moderna. As narrativas buscavam então justificativas históricas para as universidades que estavam em reestruturação. O diferencial dessa corrente é que a mesma deu maior importância à atuação da Igreja papal para a formação das universidades. Por fim, a corrente inaugurada na década de 60 traz em seu âmago inovações em seus métodos e problemáticas: a interdisciplinaridade e a ênfase na dimensão política e social da vida universitária. (SILVA, 2019, pp. 90-91).

Ainda segundo Carolina Gual, nos últimos 40 anos, três correntes se tornaram mais recorrentes: a primeira é uma História universitária que privilegia o seu aspecto social; a segunda se dedica a suas significações políticas, tanto internas quanto externas, e é nessa corrente que esse artigo se enquadra através da análise do discurso foucaultiano, mobilizando conceitos de verdade, saber e poder, em uma universidade específica no sul da França no século XIII – A Universidade de Toulouse –; e a terceira corrente, que se dedica a entender quais conteúdos eram priorizados e quais eram postos de lado na rede de ensino das universidades medievais (SILVA, 2019, pp. 92-93).

Para entender como se manifesta o aspecto político das universidades medievais e, então, compreender especificamente a Universidade de Toulouse, é necessário fazer um pequeno esboço acerca da origem das universidades. Segundo Verger, uma das principais forças políticas que atuavam na Idade Média ocidental era a Igreja Católica (VERGER, 2002, p. 574). É válido afirmar que a partir do século VI a Igreja Romana dominava e monopolizava a educação, visto que a esmagadora maioria das escolas funcionavam nos mosteiros e nas catedrais, tendo seu conteúdo e metodologia de ensino direcionados e controlados pelas autoridades eclesiásticas.

É preciso ressaltar que essas escolas não englobavam grande parte da



### A fundação da Universidade de Toulouse

população, e sim uma pequena minoria de religiosos (clérigos ou monges). No entanto, é igualmente importante ressaltar que a Idade Média também é um período com diversas mudanças, haja vista que o período medieval é marcado por diversos renascimentos como, por exemplo, o renascimento carolíngio do século VIII, ainda que para alguns historiadores, como Le Goff, esse renascimento tenha sido supervalorizado (LE GOFF, 2018, pp. 31-33). Entretanto, o mais importante para este estudo é o renascimento do século XII, que é considerado por Verger como uma mudança sem precedentes no âmbito escolar (VERGER, 2002, p. 574).

Os séculos XI e XII apresentam-se como um contexto favorável para a preparação do nascimento das universidades no século posterior, pois são marcados por mudanças, como a Reforma Gregoriana, que atribui à Igreja uma maior centralidade ao poder papal e à separação da Igreja com a monarquia; além do fortalecimento político e institucional das cidades, que, como pontua Verger: "O nascimento das Universidades é indissociável do renascimento das cidades" (VERGER, 1990, p. 26).

Jacques Le Goff afirma que a gênese do intelectual esteve articulada ao renascimento das cidades e ao crescimento econômico, por causa de melhorias nas técnicas agrícolas que geram o aumento demográfico; em contrapartida, a cidade rivaliza com o campo, abrandando as obrigações senhoriais. Portanto, existia uma migração em direção à cidade, tornando-se então um espaço cosmopolita que favorecia o desenvolvimento intelectual. Esses fatores podem ilustrar as condições auspiciosas para a diversificação da rede educacional até então existente (LE GOFF, 2018, p. 29).

As escolas monásticas foram cedendo espaços para as escolas catedralícias,

### Cássia Luana de Freitas Moreira

além de ocorrer um crescimento das escolas "particulares", abertas por mestres clérigos e leigos, de forma autônoma, independentes das instituições mais tradicionais. É perceptível, além disso, uma mudança no conteúdo, com os estudos da dialética, da teologia, da medicina e do direito, bem como na sua significância e modo de aplicação (VERGER, 2002, p. 575).

Nota-se também certa afirmação de autonomia nessas escolas, além do *status* social que elas possibilitavas aos "homens de saber" e as garantias de maior participação política e cargos, tanto no âmbito eclesiástico quanto no secular. Por outro lado, percebe-se já nesse momento a tentativa de apadrinhamento por parte do Imperador. A Igreja Católica, por sua vez, no III Concílio de Latrão, em 1179, para assegurar o domínio acerca da educação, incentivou a multiplicação das escolas, instituindo um método de certificação das formações, que conferia exclusivamente ao bispo ou a algum representante diocesano: a emissão da licença para ensinar. (VERGER, 2002, pp. 574- 576).

Com os problemas inevitáveis advindos com a consolidação dessas escolas, como questões sobre moradia, assédio por parte do monarca e dos Bispos diocesanos, além das questões de terras, pagamento dos mestres etc., pôde-se perceber a insuficiência dos métodos antigos. A primeira universidade nasceu em Paris na primeira metade do século XIII, com intervenção papal (OLIVEIRA, 2007, p. 120).

As universidades surgem como instituições francas e originalmente medievais, como resposta e tradução às demandas de uma época, dotadas de características singulares, a exemplo de sua universalidade tanto nos conteúdos e métodos adotados quanto na língua, ainda que isso possa ser relativizado com certa

### A fundação da Universidade de Toulouse

autonomia, visto que, por serem corporações de ensino (*universitas*, segundo o termo mais frequente nos documentos da época), tinham alguma liberdade para construir suas regras internas, como pontua Verger: "Em suma, a autonomia universitária era bem real e garantia, simultaneamente, um funcionamento interno bastante democrático e o exercício de uma liberdade eminentemente favorável à atividade intelectual" (VERGER, 2002, p. 580).

Oliveira afirma que as dinâmicas de forças entre o papado e o império foram imperativas na origem da universidade, tanto que as duas primeiras e mais influentes universidades daquele contexto, Paris e Bolonha, surgem a partir de interditos desses protagonistas (OLIVEIRA, 2007, p. 120).

A autonomia universitária e a intervenção papal configuravam uma relação de ambiguidade: A universidade era favorecida, pois a igreja a protegia e garantia sua autonomia livrando-a das incertezas dos poderes temporais, citadinos e até mesmo dos clérigos locais; por outro lado, a Igreja se favorecia por meio da obediência por parte das universidades ao papado, mantendo-se dentro da ortodoxia, além de garantir controle sobre esse espaço complexo e inovador no campo educacional:

Assim, Gregório IX, na bula *Parens scientiarum* de 1231, a Magna Carta da Universidade de Paris, autorizou os magistri a suspender os cursos, em caso de ofensa feita a um professor ou estudante, e não reparada dentro de 15 dias. Honório III, em 1220, toma a defesa dos scolares de Bolonha contra o podestà, que tentava coarctar as liberdades universitárias. Em 1212 Inocêncio III dá ganho de causa aos mestres da Universidade Parisiense na sua resistência ao Cancellarius, que pretende exigir deles juramento de obediência (CORRÊA, 1950, p. 283).

A fala elucidativa de Corrêa ilustra de forma sucinta como era conturbada a ambientação acadêmica e as forças de interesses que as rodeavam, assim como a atuação do papado no sentido de interferir nas universidades e garantir que tais



### Cássia Luana de Freitas Moreira

espaços de saber e de formação estariam devidamente conformados às diretrizes romanas.

Destarte, a origem das universidades está relacionada com diversos fatores, tanto econômicos quanto sociais e principalmente culturais, visto que não se pode descartar a importância da influência de filósofos como Aristóteles e das próprias aspirações de parte das populações contemporâneas ao surgimento das mesmas no seio das cidades (como mencionado acima, as cidades foram nodais para a criação dessas corporações de ensino) e do fenômeno urbano.

É necessário deixar claro que a abordagem a seguir não envereda pela análise cultural do fenômeno, sendo este apenas um viés marcante na historiografia que foi consultada e aqui reproduzida. Para tanto, Verger chama atenção que o papel mais importante das universidades está mais vinculado ao campo cultural. O autor enumera as criações e métodos, bem como os grandes nomes que exerceram importante papel para a produção intelectual da época, a exemplo de Alberto Magno e Tomás de Aquino, com o desenvolvimento da escolástica, a importância atribuída à razão e ao empirismo; ou seja, Verger considera as universidades medievais como importantes centros de produção do saber, que influenciaram de forma significativa as mudanças intelectuais, tanto da forma pela qual se desenvolveu a produção do saber quanto pelo novo significado a ele adquirido (VERGER, 2002, p. 585).

A universidade era já naquele contexto um espaço social direcionado à produção do saber. A revolução cultural mais relevante para aquele contexto era que o saber deixava de ser revelado exclusivamente sob a lógica da ação divina e passava a ser pensado e construído também com base na racionalidade aristotélica. Segundo Terezinha Oliveira, surgiu um novo papel social associado aos intelectuais e, também,

### A fundação da Universidade de Toulouse

ao ensino como uma nova profissão: "Ousaríamos afirmar que se forma um novo personagem social vinculado ao saber: o doutor" (OLIVEIRA, 2007, p. 124).

Endossando esse estudo sobre o aspecto cultural aliado ao florescimento das universidades, Le Goff destaca a apomorfia que é o *intelectual*, chamando atenção justamente para a diástase da corporação "*Universitas*" para zona de enfoque do intelectual, ou seja, o homem e a sua mentalidade. O autor traça o perfil desses intelectuais, que é necessariamente de *ofício*, que surgem a partir das cidades, como debatido anteriormente, em decorrência da divisão de trabalho; a melhor definição para o autor é que "essa aliança da reflexão pessoal e de sua difusão num ensino caracterizava o intelectual" (LE GOFF, 2018, p. 23). E é por meio desse conceito que os grandes nomes de pensadores medievais, como Dante Alighieri, não aparecem sob a égide de intelectuais (LE GOFF, 2018, pp. 24-25).

É sob essa revolução cultural que a universidade medieval traz em seu âmago, dando uma nova configuração ao saber e fazendo surgir novos atores sociais como o doutor ou mesmo o intelectual, que esse artigo quer destacar, além da sua capacidade, ainda que limitada, de dar maior acesso à educação para as classes menos abastadas, possibilitando o "acesso ao poder". (LE GOFF, 2018, pp. 9-10).

É importante fazer uma crítica ao conceito de revolução cultural de Le Goff, dado o viés político por trás das fundações universitárias, que tal como ressaltado pelos autores abordados e pelo próprio contexto de Toulouse, surgem em uma conjuntura de disputas/relações de poder entre representantes do papado e representantes dos poderes temporais (império/monarquias/cidades). As lutas pelo governo dos espaços citadinos já ocorriam desde o século XII. É neste cenário que as universidades surgem, visto isso, não demarcam um rompimento (este é o sentido da

### Cássia Luana de Freitas Moreira

palavra revolução) com a organização social/cultural que existia anteriormente.

### As origens da universidade de Toulouse

É necessária uma breve compreensão do espaço a que este artigo está delimitado, a cidade e o condado de Toulouse, suas especificidades políticas, culturais e sociais, para depois explanar também quais os possíveis motivos que levaram à essa tão abrangente adesão a heresia no Languedoc (PORTO, 2019, pp. 61-63).

Thiago de Azevedo Porto argumenta que um ponto nodal e diferencial no contexto político de Toulouse é a relação entre as autoridades da cidade e o Conde de Toulouse, pois eram próximos e tinham uma relação pacífica e recíproca de apoio, ou seja, eram uma frente unida (o que explica também a resistência consistente durante a cruzada); isso explica a adesão à heresia cátara também nas cidades, visto que eram próximas à realeza (adeptos da heresia). Outro ponto diferencial da heresia cátara é que esta foi uma heresia que atingiu e foi adotada pela nobreza. (PORTO, 2019, p. 61).

O mesmo autor explica o porquê de a heresia ter tido tanta adesão naquela região. Para tanto, é preciso entender que o Condado de Toulouse era a região mais autônoma na França, pois possuía cultura própria e, até mesmo, uma língua própria, que era a língua d'Oc (por isso a região é conhecida como Languedoc); os moradores locais não queriam se submeter ao rei francês. Destarte, eles não se viam como franceses, visto isso, para além das questões religiosas, o catarismo era também um problema cultural, visto que era uma forma de se destacar, se distinguir do restante da França católica. Ainda nesse sentido, não se pode desconsiderar que a pregação da pobreza vivenciada pelo catarismo era uma forma do Conde se apropriar das terras da igreja. Com esses esclarecimentos, é possível ver o porquê de ser tão importante, para a Igreja, combater essa heresia. (PORTO, 2019, pp. 61-63).

### A fundação da Universidade de Toulouse

Segundo Philipe Lima, o poder político na região do Languedoc era descentralizado, baseado no direito feudal, no qual havia associações entre pequenos proprietários e grandes senhores (LIMA, 2019, pp. 162- 165). As relações na sociedade do Languedoc tinham um caráter único e fluído, contendo um traço muito independente, aliando-se de acordo com seus interesses, legitimando-se conflito para não serem governados de forma absoluta por ninguém. Apesar dessa heterogeneidade existiam grandes famílias que detinham o poder político, sendo duas destacáveis: os Raimundinos e os Trencavel. Além do ponto de vista da política externa, para qual havia dois pólos que disputavam o poder na região: o rei da França e o rei de Aragão.

Existiam na região diversos conflitos internos, todavia a estes não vamos nos ater. O que importa é destacar a instabilidade política do condado de Toulouse. Somado a isso, havia a querela entre Raimundo VI (o Conde de Toulouse) e o Papa. Em consonância com o conflito entre o Papa e os poderes locais dessa região, que se intensificou a partir da Reforma Gregoriana, abalaram-se as estruturas de benefícios mútuos já consolidados entre as forças locais e o Bispo diocesano, visto que a reforma endossava o discurso da separação da igreja e dos poderes temporais (LIMA, 2019, p. 166; pp. 169-172).

É importante ressaltar que o conde de Toulouse, Raimundo IV, havia sido aliado da Igreja Romana, tanto que teve participação importante na primeira cruzada, entretanto ele pendeu para o afastamento e o conflito com a Igreja, chegando a conflagrar terras que pertenciam à mesma. Esse conflito se intensificou com a grande adesão à heresia cátara no condado de Toulouse, tendo se disseminado até mesmo na alta nobreza. Segundo Philipe Lima, Raimundo VI era direta e indiretamente ligado à heresia cátara (LIMA, 2019, pp. 172- 176).



### Cássia Luana de Freitas Moreira

Hilário Franco Júnior esboça quem são os cátaros para entender o que era a heresia cátara, que ganhou tantos adeptos no sul da França, destacando ainda que não existia um catarismo, e sim catarismos. O termo cátaro se origina do grego que significa "perfeito". Dentro desses catarismos o autor busca mostrar o que há de comum; entender que toda heresia é criada, no sentido de ser descobertas. O autor identifica na heresia cátara três características que faz dela utópica: a ideologia, o mito e o ritual, contrapondo tais características com o catolicismo. (FRANCO JÚNIOR, 2018, pp. 9-13).

Os cátaros têm uma visão dualista, preconizando qualquer tipo de matéria, sendo o Evangelho de João o único livro bíblico aceito por eles, haja vista terem um apego absoluto à pobreza, o que é importante para entender suas principais críticas à Igreja Católica, uma vez que denunciavam suas riquezas e opulência. Outro fator importante era o espaço que os cátaros davam às mulheres. Sua hierarquia estava dividida entre os *perfeitos* e os *fiéis*, e as mulheres podiam adentrar na hierarquia superior, ou seja, nos perfeitos, diferente do espaço de clausura a que eram relegadas a elas na Igreja Romana (FRANCO JÚNIOR, 2018, p. 14; pp. 16-24).

Lima destaca que Raimundo VI instaurou um período de paz interna, por meio de casamentos, negociações e alianças. No entanto, o conflito externo entre ele e o Papa Inocêncio III continuava acirrado, pois Raimundo VI se apropriou de terras pertencentes à Igreja, agrediu clérigos e se associou à heresia, quebrando assim juramentos de fidelidade e de paz, por isso foi sancionado e excomungado (LIMA, 2019, p. 172; p. 182).

Já o papa Inocêncio III era adepto da política reformista:

Dentro dessa concepção, o papa da Igreja Católica poderia intervir nos

### A fundação da Universidade de Toulouse

assuntos seculares caso encontrasse ali algum pecado, ou seja, a *ratione peccati* foi uma máxima que marcou o seu pontificado. Inocêncio III, ao proclamar-se "Vigário de Cristo", afirma seu poder enquanto papa e bispo de Roma, e a sua *plenitudo potestatis* é levantada não somente aos poderes seculares, mas também aos outros bispos da Cristandade. A política de combate à heresia foi uma das prioridades de seu pontificado, sensível ao crescimento do catarismo no Languedoc (LIMA, 2019, p. 187).

Portanto, o combate à heresia era uma característica marcante do seu pontificado, o que agravou o conflito já existente com Raimundo VI.

Nesse prisma, a cruzada passa a ser pregada para pôr fim à heresia cátara e restabelecer a paz, como pode-se ver na Crônica de Jordão da Saxônia (Mestre Geral da Ordem Dominicana, importante aliada da política anti-herética papal).

Después de la muerte del obispo de Osma comenzóse a predicar en Francia la cruzada contra los albigenses, pues indignado el papa Inocencio al ver que la indomable rebeldía de los herejes no se doblegaba al suave impulso de la verdad ni era quebrantada por la espada espiritual que es la palabra de Dios, decretó fuesen impugnados con la fuerza de la espada material. (IORDANO DE SAXONIA, 1947, p. 176).

Iniciada a Cruzada, os legados papais e outro personagem importante, Simão de Montfort, principal encarregado da Cruzada, com intenções claras de angariar terras (o que levou muitos a aderirem à cruzada), ganham importância. Montfort, por meio da guerra, dominou o Viscondado, que antes pertencia aos Trencavel, e outras terras pertencentes ao Conde. Os legados papais almejavam depor Raimundo VI e os cruzados em nome de Montfort, apesar de o Papa tentar reconciliação com o Conde. Percebe-se, portanto, uma desavença entre o Papa e seus legados. Raimundo VI em vista de garantir suas posses:

Emancipando seu filho Raimundo, aos 13 anos, de sua tutela. Após esse ato, o conde de Toulouse selou o casamento de seu filho com Sancha de Aragão. Posteriormente, Raimundo VI continuaria a tentar salvar seus domínios através da garantia aos direitos de seu primogênito. (LIMA, 2019 p. 198).



### Cássia Luana de Freitas Moreira

A cruzada, segundo alguns historiadores, iniciou-se em 1209 e foi um conflito intenso, em que houve articulações dos poderes locais, como mencionado anteriormente. Raimundo VI inaugura uma relativa paz interna, fazendo frente ao legado papal e aos cruzados, obtendo muitos sucessos, como a morte de Simão de Montfort. Em 1222 morre Raimundo VI, mas seu filho Raimundo VII continuou o conflito de seu pai, dessa vez contra o filho de Simão de Montfort, Amauri de Montfort. A cruzada perdura até 1229, quando Raimundo VII negocia com o Papa, agora Honório III.

Philippe Wolff alega não ter sido da Igreja a iniciativa de paz e destaca a importância do monarca francês nessa reconciliação, pois não era interessante para a monarquia manter-se constantemente em guerra com o sul da França. A Igreja não acabou com o conflito, tanto que há o Tratado de Paris em 1229, o concílio em Toulouse em 1229, a inquisição Pastoral e a inquisição Papal (WOLFF, 1974, pp. 122-136).

José Macedo concorda com Wolff, pois chama atenção para o fato de que o concílio realizado em Toulouse em 1229 lança a base para o estabelecimento de inquisições, para identificar e punir envolvidos com a heresia cátara, destacando ainda as várias pessoas que foram apontadas como heréticas, mostrando como a igreja vai alargando seu controle e zona de influência pelo Languedoc, e como a cruzada não foi totalmente efetiva no que diz respeito a erradicar a heresia daquela região. (MACEDO, 1996, p. 15).

Destarte, para se restabelecer a "paz", o conde de Toulouse, Raimundo VII, precisou se submeter à igreja, renovando juramentos, obrigando-se a casar sua filha única com Afonso de Poitiers – o que José Rivair de Macedo pontua como "via política



para a anexação" (MACEDO, 1996, p. 15) – e assinar o Tratado de Paris; sendo a essa fonte que vamos nos estender, visto que a Universidade de Toulouse faz parte de uma das cláusulas obrigatórias para a manutenção da relativa paz.

O Tratado de Paris, como dito acima, é um acordo de paz assinado entre Raimundo VII e o Papa Gregório IX em 1229, tendo em vista a capitulação da cruzada albigense, que durou cerca de 20 anos. Nesse tratado existem 22 cláusulas de sanção ao conde de Toulouse, dentre elas devoluções de terras (Cláusula 4) e promessas em combater a heresia (Cláusula 1). O mais importante para essa pesquisa é a Cláusula 7:

Pagar outros quatro mil marcos de prata para manter, durante dez anos, quatro mestres em teologia, dois em direito canônico, seis mestres de artes e dois regentes de gramática, que ministrarão essas ciências em Toulouse. (Tratado de Paris 1229, cláusula 7).

Como consequência do tratado, o conde foi sancionado a manter por 10 anos a Universidade de Toulouse. Qual era o interesse do papado nessa instituição? Vimos acima como se organizava a estrutura de poder nessa região. A partir disso, a fundação da universidade toulousiana como algo diretamente ligado ao papado influenciou no seu poderio político e cultural naquela região, como vimos no tópico sobre a origem das universidades. Estas eram diretamente ligadas ao papado e trazem em seu seio grandes mudanças políticas e culturais. No entanto, vale lembrar que se trata de uma fonte oficial da documentação papal e que, portanto, precisa ser relativizada, pois esse tratado tende a colocar o Papa como o fundador da Universidade se utilizando do poder coercitivo:

"Raimundo VII, pela graça de Deus duque de Nabonne, conde de Toulouse, marquês de Provence, quer retornar à unidade da Igreja e ficar sob a fidelidade do rei da França, concede procuração à [Hélie Guarin], abade de



Grandselve, para apresentar suas proposições de paz à rainha [Branca de Castela] e a Romano, cardeal de Sant'Angelo, legado do papa. Ele promete, com o conselho de seus barões e especialmente dos cônsules de Toulouse, de ratificar tudo o que ele fará, com o acordo de seu primo Thibaud, conde palatino de Champagne e de Brie" (MACÉ, p. 394, doc. 552, 10 de dezembro de 1228).

Esta fonte refere-se a uma carta enviada por Raimundo VII, o Conde de Toulouse, que denota a vontade do conde em se reconciliar com a Igreja e com o rei da França. Portanto o Tratado de Paris não pode ser visto como uma imposição arbitrária do papado, embora registre duras sanções ao conde de Toulouse. Visto que houve uma procura por conciliação da parte de Raimundo VII, a fim de acabar com a guerra cruzada que já se prolonga por cerca de 20 anos e que era muito custosa a todos os envolvidos. Sob esse prisma o Tratado de Paris pode ser analisado como produto de uma conciliação entre as forças em conflito.

Está claro que o papado desejava se utilizar das universidades como centro de poder e, assim, alterar as relações de poder preexistentes. Entretanto, como visto anteriormente, a Universidade é fruto de um tratado de paz, a qual não pode ser apontada como uma instituição papal. Dentro da perspectiva foucaultiana, este poder, que é ponderado para além das questões da jurisdição e do estado institucional, desvenda o funcionamento e estruturação do poder, que se expressa nas relações (FOUCAULT, 1989, pp. 4-11).

Pode-se inquirir de que forma a Universidade recém-formada poderia alterar as relações de poder existentes. Para responder a esse questionamento, por meio da análise de Foucault, no que se refere aos conceitos de saber e de poder, somando a percepção do autor de como se provocam resultados de verdade no âmago do discurso, articulada à concepção do poder como não necessariamente repressivo, mas sim constituidor de verdade (FOUCAULT, 2011, pp. 08-21), logo podemos concluir



### A fundação da Universidade de Toulouse

que a Universidade estava sendo usada como centro de produção de verdade.

Para Foucault, deve-se pensar na verdade como indissociável do poder, apreendendo a verdade como uma construção humana influenciada por relações de poder externas, ou seja, como politicamente aceita e reproduzida, o que o autor chama de "Regime de Verdade" (a verdade não como uma certeza do que é verdadeiro, mas que é aceito e importante para a performance política). Partindo dessa égide, poderemos entender qual o regime de verdade engendrado na atuação da universidade toulousiana, que se manifesta na relação saber e poder (FOUCAULT, 1989, pp. 09-10).

A tese principal deste artigo é que a Universidade de Toulouse foi fundada como parte de uma política anti-herética projeta pelo papado na região de Languedoc, dado o contexto conflituoso em que a Universidade foi formada e o grau de disseminação da heresia cátara no sul francês. No entanto, é preciso entender essa fundação menos como uma ação soberana do Papado e mais como fruto das relações de poder evidenciadas naquele contexto, como esboçado anteriormente. Visto isso, a universidade surge sob uma convergência de interesses que respondem às demandas locais, regionais e supra regionais, que se fizeram presentes em Toulouse ao menos nos 20 anos anteriores ao surgimento daquela instituição universitária.

Cabe aqui fazer uma breve contraposição entre as duas fontes destacadas: o Tratado de Paris de 1229 e a carta de Raimundo VII, visto que a segunda expressa uma contradição em relação à primeira. O Tratado de Paris se apresenta como imposições e sanções da Igreja Romana ao conde de Toulouse, todavia a carta de Raimundo VII aponta que houve uma tentativa por parte do mesmo pela criação de



### Cássia Luana de Freitas Moreira

um acordo de paz, o que mostra o Tratado de 1229 menos como uma ação coercitiva do Papa e mais como fruto de relações de poder.

A carta do Conde de Toulouse revela ainda outra singularidade, apontando que as forças locais também se articulavam em busca dos seus interesses, visto que a carta mostra um conde arrependido e reconciliador. No entanto, a historiografia aponta que o Conde de Toulouse não cumpriu com todos os termos do tratado de paz, se articulando inclusive com pessoas acusadas de heresia. Dito isso, pode-se afirmar que essa iniciativa de paz do conde era uma estratégia política para proteger seus interesses e de seus aliados, acabando assim com a guerra.

Por outro lado, é importante ressaltar que a Igreja se utilizou da educação como parte de suas ações de combate à heresia no século XIII, como pode-se ver na Crônica de Jordão da Saxônia, em que, com intuito de trazer novamente algumas mulheres cujos pais haviam entregado aos hereges, fundaram um monastério dedicado a elas:

Con objeto de ricibir a algunas nobles mujeres, a quienes sus padres, venidos a menos em fortuna, entregaban a los herejes, para que les educasen y mantuviesen, fundó un monasterio situado entre Fanjeaux y Montreal, en el lugar llamado Prulla, en donde hasta nuestros días las siervas de Cristo sirven a su creador con grandes ejemplos de santidad (IORDANO DE SAXONIA, 1947, p. 175).

É importante destacar o discurso de Jordão da Saxônia, no qual ele exalta as mulheres de Prouille após terem sido resgatadas e educadas no monastério católico. Aqui, destaca-se a contribuição de Foucault no que diz respeito à articulação no discurso entre saber e poder (FOUCAULT, 2011, pp. 08-15).

A Universidade de Toulouse serviria então para trazer para ortodoxia católica

### A fundação da Universidade de Toulouse

os que eram considerados desviados para a heresia cátara, uma vez que, como exposto anteriormente, um dos grandes diferenciais dessa heresia era justamente a adesão da nobreza. A mesma então "tratava-se, evidentemente, de instalar, em plena região cátara, sob a égide da Santa Sé, um centro de estudos que fosse um dos centros de reconquista Católica" (VERGER, 1990, p. 44). Outrossim, como exposto no início do artigo, as universidades tinham abrangência sobre as classes menos abastadas. Dito isso, a universidade iria estender seu regime de verdade tanto para a nobreza quanto para os setores mais pobres do condado.

O Conde de Toulouse não cumpriu com todas as sanções sobre ele impostas no Tratado de Paris como, por exemplo, manter a Universidade de Toulouse por 10 anos como previsto. O Papa Gregório IX enviou-lhe várias correspondências e por várias vezes confirmou o estatuto da Universidade de Toulouse:

Conde, conselheiros e populus Toulouseanos, impedidos de receberem suas provisões de subsistência, temporariamente em carestia, por conta da água extraída da cidade de Toulouse, nem mesmo por esta falta, devem permitir a dissolução do studium plantado nesta cidade (AUVRAY, n. 1267, p. 714).

Nessa carta nota-se a autoridade papal exigindo do conde que cumprisse com seu dever, mesmo sob adversidades, o que esboça um claro interesse na manutenção da Universidade. A carta pontifícia que confirma o interesse papal na instituição toulousiana é:

À Universidade de mestres e escolares Toulouseanos confirmamos o estatuto Romano, pelo qual nossos delegados apostólicos tinham criado um *studium* geral em Toulouse, concedemos ainda a mesma liberdade utilizada pelos Parisienses. (AUVRAY, n. 1273, p. 714).

Destarte, os documentos papais aqui analisados apontam o interesse do



### Cássia Luana de Freitas Moreira

papado na criação e na manutenção da Universidade de Toulouse. E ainda registram que o conde de Toulouse não estava cumprindo todas as cláusulas do acordo de Paris, uma vez que continuava rodeado de aliados suspeitos de heresia, além de deixar de dar apoio à manutenção da universidade, tal como registrado nas cartas de Gregório IX, emitidas alguns anos após a assinatura daquele tratado. Por outro lado, as atas do conde registram que ele mobilizou seus aliados e coordenou uma tentativa de paz que foi a base para a assinatura do Tratado de Paris e para o surgimento da universidade.

#### Conclusão

Deste modo, apesar das universidades medievais já terem sido alvo de debates desde o século XVI, ainda há muitas possibilidades de abordagem e muitas incógnitas a serem ponderadas e adicionadas na porfia historiográfica, ainda mais no que diz respeito à cultura política dessas instituições, que desde sua origem foram instrumentos de transformação social, envolvendo disputas e relações de poder, dos mais tradicionais aos que se afirmaram nos séculos XII e XIII.

As universidades, desde suas origens, foram assediadas pelas maiores forças políticas que lhes são contemporâneas, haja vista que as mesmas traziam em seu espírito inovações culturais muito importantes, levando a uma transformação no que até então se entendia por saber, retirando a exclusividade da Igreja na rede educacional. As instituições universitárias nasceram atreladas a um momento de renascimento medieval e marcam o retrato das pretensões de seus contemporâneos.

A Universidade de Toulouse foi formada em um contexto conturbado, política e culturalmente, pois a região era muito independente (se comparada ao restante da França) e instável, marcada por conflitos internos, entre os poderes locais, e externos, entre os reis de França e Aragão. Além disso, existia a querela religiosa entre os

### A fundação da Universidade de Toulouse

cátaros e a Igreja Romana, agravada pela adesão da nobreza à heresia, e, principalmente, pelo Conde de Toulouse, Raimundo VI, e, posteriormente, por seu filho, Raimundo VII. A Universidade de Toulouse nasceu sob a jurisdição do papado, tal qual a maioria das instituições universitárias no contexto europeu do século XIII; aquela instituição universitária foi constituída como parte da política anti-herética encabeçada pela Igreja Romana e seus aliados naquela região, mas também como resultado dos esforços de conciliação entre os agentes da monarquia francesa e os poderes locais, reunidos em torno do conde de Toulouse e dos cônsules citadinos.

### Referências

### Fontes medievais impressas:

AUVRAY, Lucien. Les Registres de Gregoire IX. Recueil de bulles de ces pape d'après les manuscrits originaux du Vatican. Paris: LibrairieThorin et Fils, 1896.

IORDANO DE SAXONIA. Libellus de principiis Ordinis Praedicatorum. In: GARGANTA, José Maria; GELABERT, Miguel; MILAGRO, José Maria (Ed.). **Santo Domingo de Guzmán visto por sus contemporáneos**. Madrid: BAC, 1947. p. 163-218.

MACÉ, Laurent. **Catalogues raimondins**. Actes des comtes de Toulouse, ducs de Narbonne et marquis de Provence (1112-1229). Toulouse: Archives municipales, 2008.

TRATADO DE PARIS, 1229. Disponível em: < https://web.archive.org/web/20070927220105/http://www.archives.mairietoulouse.fr/fonds/inventaire/artcles/AA5/aa5\_004..htm>. Acesso em: 12 abr. 2020.

### Obras específicas:

BASCHET, Jérôme. **A civilização feudal**: do ano 1000 à colonização da América. São Paulo: Globo, 2006.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 3 ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2010, p. 113-134.

CORREIA, Alexandre Augusto de Castro. A universidade medieval. Revista da



#### Cássia Luana de Freitas Moreira

**Faculdade de Direito**, USP, v. 45, p. 292–329, 1950.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 55-82.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989, p. 4-12.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 21 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

FRANCO JUNIOR, Hilário. Catarismo, uma manifestação utópica medieval. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 38, p. 6-34, mai./ago. 2018.

LE GOFF, Jacques. **Os Intelectuais na Idade Média**. 9 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2018.

LIMA, Philipe. Poderes Eclesiásticos e Seculares na repressão ao catarismo no Languedoc (1145-1229). Campinas: Ed. Unicamp, 2019.

MACEDO, José Rivair. Nobreza, heresia e banditismo Social no Século XIII: O caso dos Faidits. **Textos de História**, Revista da Pós-Graduação em História da UNB, v. 4, n. 1, 1996, p. 7-38.

OLIVEIRA, Terezinha. Origem e Memória das Universidades Medievais a preservação de uma instituição educacional. **VARIA HISTÓRIA**, Belo Horizonte, v. 23, n. 37, p. 113-129, Jan./Jun. de 2007.

PORTO, Thiago. "O Papado e os dominicanos em Toulouse (século XIII): O combate aos cátaros e as resistências locais". In: Encontro de História Antiga e Medieval do Pará: historiografia e ensino de História, 2, 2019 (Cametá-PA). **Anais**... Cametá: Editora Abaeté, 2019. p. 60-77.

SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão. Uma proposta de leitura Histórica de fontes textuais em pesquisas qualitativas. **Revista Signum**, 2015, vol. 16, n. 1.

SILVA, Carolina Gual. As universidades e o conhecimento na Idade Média. In: SILVA, Paulo Duarte; NASCIMENTO, Renata. **Ensaios de História Medieval**: Temas que se renovam. Curitiba-Brasil: Editora CRV, 2019, p. 89-105

VAUCHEZ, André. A Espiritualidade na Idade Média Ocidental (séculos VIII-XIII). Lisboa: Editorial Estampa, 1995.



### A fundação da Universidade de Toulouse

VERGER, Jacques. <b>As Universidades Na Idade Média</b> . São Paulo: Unesp, 1990.
Universidade. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (Coord.). <b>Dicionário Temático do Ocidente Medieval</b> . Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado, 2002. V. 1, p. 573-587.
WOLFF, Philippe. <b>Histoire de Toulouse</b> . Toulouse: Privat, 1974.